

A favela além dos estereótipos

O leitor tem nas mãos uma obra de fôlego, composta a partir de artigos de pesquisadores que participaram do colóquio "Aspectos Humanos da Favela Carioca: ontem e hoje", realizado pelo Laboratório de Etnografia Metropolitana, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (L.E.METRO/IFCS-UFRJ), em maio de 2010. O colóquio e os artigos aqui reunidos são, ao mesmo tempo, uma homenagem ao cinquentenário da pesquisa pioneira da SAGMACS — realizada sob a coordenação do sociólogo José Arthur Rios e publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1960 —, e uma atualização da produção acadêmica sobre o tema neste início de século XXI, em plena era das chamadas cidades globais.

Os autores que integram esta coletânea, oriundos de diversos campos disciplinares, evidenciam em seus trabalhos não apenas a ideologia urbana intervencionista e autoritária que vigorava à época — cuja marca maior é a política de remoção de populações —, mas revelam ainda que, mesmo nos dias de hoje, essa forma urbana chamada "favela" permanece fornecendo muitos elementos para acalorados e instigantes debates nas arenas públicas. Definida tecnicamente pelo INEA, como "aglomerado urbano subnormal", a favela emerge no vocabulário da cidade — das letras de samba e funks às manchetes de jornais — por meio de curiosas metáforas e surpreendentes eufemismos, realçando

Marco Antonio da Silva Mello
Luiz Antonio Machado da Silva
Leticia de Luna Freire
Soraya Silveira Simões
(orgs.)

FAVELAS CARIOCAS ONTEM E HOJE

Garamond

Favelas ontem e hoje (1969-2009)	213
<i>Janice Elaine Perlman</i>	
Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas	235
<i>Gerônimo Leitão</i>	
Da política da "contenção" à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas	253
<i>Rafael Soares Gonçalves</i>	
A configuração da propriedade imobiliária em favelas e seus processos de formalização: análise a partir de um estudo de caso	279
<i>Alex Ferreira Magalhães</i>	
Direito de leje: a invisibilidade do direito fundamental de morar nas favelas cariocas	313
<i>Cláudia Franco Corrêa</i>	
Parte 3 - Antigos e novos desafios para as favelas cariocas	
A favela na cidade- <i>commodity</i> : desconstrução de uma questão social	331
<i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Marianna Olinger</i>	
A habitação popular na revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro	349
<i>Maria Julieta Nunes</i>	
Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade	373
<i>Marcelo Baumann Burgos</i>	
Favelas e violência no Rio: sem conflitos, entre o sonho e o pesadelo da apartação	393
<i>Jorge Da Silva</i>	
As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas	415
<i>Jailson de Souza e Silva</i>	
A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta: notas de campo	433
<i>Neiva Vieira da Cunha, Marco Antonio da S. Mello</i>	
Posfácio - Itinerário de uma antropóloga em meio operário	
<i>Colette Pétonnet</i>	475
Favelas em imagens - Babilônia, Chapéu Mangueira, Santa Marta, Manguinhos, Maré (Rio), Créteil, Orly, Villeneuve-le-Roi (Paris): da pesquisa etnográfica à poesia urbana	
<i>Felipe Berocan Veiga</i>	491
Sobre os autores	517

Apresentação

Marco Antonio da Silva Mello
Leticia de Luna Freire
Soraya Silveira Simões

O livro que o leitor tem em mãos é resultado do Colóquio "Aspectos Humanos da Favela Carioca: ontem e hoje", realizado pelo Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), entre os dias 19 e 21 de maio de 2010, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ).¹

Tal como o colóquio, a idealização deste livro foi motivada pela oportunidade de celebrar o cinquentenário do primeiro grande estudo sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro, publicado originalmente no jornal *O Estado de S. Paulo* em dois grandes suplementos especiais em formato tabloide, em abril de 1960, e reeditado em fascículos no mesmo ano pelo diário carioca *A Tribuna da Imprensa*.

Realizado pela extinta Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), criada em São Paulo, em 1947, pelo frei dominicano francês Louis-Joseph Lebreton durante sua primeira estadia no país, o estudo foi encomendado pelo jornal paulistano no contexto em que se debatia a transferência

¹ Agradecemos o apoio fundamental do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); da Reitoria e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ); do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (INCT-IEAC/UFF); da Decania de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e do Centre Lebreton - IRFED (Paris). Finalmente, gostaríamos de registrar aqui nosso agradecimento ao jornal O Estado de S. Paulo que, generosamente, autorizou a reprodução do estudo "Aspectos Humanos da Favela Carioca" em formato digital nesta edição e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio financeiro que viabilizou a publicação.

da capital para Brasília, com o objetivo de “chamar a atenção dos administradores, políticos e estudiosos das questões sociais para esse fenômeno tão característico dos grandes centros urbanos do Brasil, que se manifesta de forma mais evidente no Distrito Federal”, segundo a apresentação na primeira página do relatório, todo ele ilustrado por dezenas de fotografias, gráficos e tabelas.

Tendo ainda “a preocupação de oferecer a esses destinatários um trabalho o mais completo possível sobre as favelas, que trouxesse a chancela de notórios pesquisadores e estivesse isento de paixões políticas e ideológicas” (SAGMACS, 1960: 2), o estudo contou com a orientação de Lebrecht, à época mundialmente conhecido por seu trabalho à frente do *Economie et Humanisme* – movimento que fundou, em 1940, em Paris – e do Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé (IRFED) – onde, a partir de 1958, passou a formar estudantes para aplicar seu método de pesquisa em diversos países subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil.² Por aqui, Lebrecht, que também tinha formação em engenharia naval e economia, tornou-se mais conhecido ao ministrar um curso de introdução à Economia Humana na antiga Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e por ter coordenado diversos estudos sobre desenvolvimento tanto no Estado de São Paulo quanto em outros Estados das regiões Sul e Nordeste do país.³ Suas influências também incidiram sobre as ações de militantes católicos em favelas cariocas durante a década de 1950, em particular aquelas conduzidas por Dom Hélder Câmara através da Cruzada São Sebastião.⁴

A equipe formada para se ocupar do estudo socioeconômico encomendado pelo jornal enunciava, ela mesma, as apostas epistemológicas e metodológicas preconizadas por Lebrecht. José Arthur Rios, sociólogo e então professor da Pontifícia Universidade Católica do

² Lebrecht também foi o principal redator da encíclica *Populorum Progressio*, publicada em 1967, lançando nova luz sobre os problemas globais provocados pelo desenvolvimento.

³ Entre essas pesquisas, podemos citar: “Habitação no Capital do Estado de São Paulo”, “Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo”, “Estudo sobre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, “Pesquisa sobre o Desenvolvimento e a Implantação de Indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste” (LAMPARELLI, 1995).

⁴ Sobre a relação de Lebrecht com o arcebispo brasileiro Dom Hélder Câmara e o seu papel no redirecionamento das ações da Igreja com relação aos temas da pobreza e do desenvolvimento, ver, respectivamente: Freire, Gonçalves & Simões (2011) e Simões (2010).

Rio de Janeiro, passou a chefiar, em 1957, o escritório da SAGMACS no então Distrito Federal,⁵ assumindo, no mesmo ano, a direção técnica da pesquisa. Para completar a equipe, Rios convidou o também jovem sociólogo Carlos Alberto Medina e o arquiteto Hélio Modesto, que, juntos, selecionaram vários estudantes universitários, sobretudo de Serviço Social, para o desenvolvimento do trabalho de campo que duraria de 1957 a 1959.

Nos mais diversos tópicos que compõem o relatório intitulado “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, encontramos desde uma análise demográfica e histórica sobre as origens de 16 favelas⁶ de diferentes áreas do Distrito Federal e das condições e modos de vida de sua população (“Parte Geral”) a uma análise qualitativa aprofundada de temas como família, educação e delinquência em duas dessas favelas⁷ (“Parte Específica”), além de duas seções inteiramente dedicadas às práticas políticas (“Os Processos da Demagogia na Favela”) e ao desenvolvimento urbano (“A Urbanização do Distrito Federal e sua Repercussão sobre o Problema da Favela”). Seguindo a orientação de Lebrecht e do próprio José Arthur Rios, o estudo não se desvinculava, entretanto, da ação, uma vez que se esperava, com ele, contribuir para que “esse problema angustiante da metrópole” pudesse, enfim, encontrar uma “solução adequada”.⁸

O traço mais marcante do estudo como um todo, é, sem dúvida, o seu pioneirismo. Tanto no que se refere à abordagem do tema, combinando métodos quantitativos e qualitativos num trabalho interdisciplinar até então inédito, quanto aos dados propriamente levantados e analisados que

⁵ Os escritórios criados por Lebrecht no Rio de Janeiro e em São Paulo consistiam em filiais da Société pour l'application du graphisme et de la mécanographie à l'analyse (SAGMA), que aqui passou a se chamar Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS).

⁶ Favela de Jacarezinho, Morro de São Carlos, Favela do Esqueleto, Barreira do Vasco, Favela Vila do Vintém, Favela Parada de Lucas, Vila Proletária da Penha, Favela de Cordovil, Morro do Telégrafo, Morro do Bonsucesso, Morro da Providência, Favela do Escondidinho, Praia do Pinto, Rocinha, Parque Proletário da Gávea e Favela do Cantagalo.

⁷ Por parecerem aos pesquisadores “representativas de uma determinada evolução desse tipo de coletividade urbana”, aprofundou-se o estudo da Barreira do Vasco, “por sua complexidade de camadas sociais”, e do Parque Proletário da Gávea, “por constituir uma experiência de recuperação interessante” (SAGMACS, 1960: 3).

⁸ Segundo o relatório, o Rio de Janeiro tinha, em 1960, 75% de população urbana, 22% suburbana e 3%, rural.

permitiram evidenciar, já em 1960, a heterogeneidade e a complexidade das favelas cariocas.

Assim, foi com o intuito de comemorar os 50 anos de publicação do relatório da SAGMACS, promovendo a interlocução entre diversos pesquisadores e revisitando as questões abordadas pelo estudo diante da atual conjuntura, que o LeMetro organizou o Colóquio "Aspectos Humanos da Favela Carioca: ontem e hoje".

Quatrocentos e setenta pessoas, entre estudantes, professores e pesquisadores do Brasil e do exterior, jornalistas, assistentes sociais, arquitetos e urbanistas, representantes de associações de moradores, de instituições governamentais e organizações da sociedade civil, além daqueles atraídos pela grande mídia, lotaram o Salão Nobre do IFCS-UFRJ, participando das discussões em torno das mais variadas dimensões e abordagens desse tema, sempre tão comentado e polêmico: a *favela*. Ao longo de três dias, o colóquio reuniu, em mesas temáticas, 28 pesquisadores, de distintas gerações e filiações disciplinares, que vêm tomando as favelas cariocas como objeto de reflexão e campo empírico de suas investigações, além dos principais membros da equipe da SAGMACS, como o sociólogo José Arthur Rios, a arquiteta Maria Cândida Pedrosa de Campos, responsável pela elaboração dos mapas, gráficos e tabelas do relatório, e, representando o sociólogo Carlos Alberto Medina, na Mesa de Abertura, a sua esposa Berenice Fialho Moreira.⁹

Além de seis mesas-redondas e duas conferências, o evento também contou com uma exposição fotográfica e uma mostra de filmes documentários e de curta-metragem sobre favelas. Sob a curadoria de Felipe Beroan Veiga, a exposição *Babilônia, Chapéu Mangueira, Santa Marta, Mangueiros, Maré (Rio), Créteil, Orly, Villeneuve-Le-Roi (Paris): da pesquisa etnográfica à poesia urbana*, reuniu 42 fotografias provenientes do trabalho de campo de pesquisadores do LeMetro em cinco favelas da cidade, de 1980 a 2010, e do acervo pessoal e inédito da antropóloga francesa Colette Pétonnet sobre as

⁹ Infelizmente, o sociólogo Carlos Alberto Medina faleceu pouco antes da realização desse colóquio. Agradecemos, em mais essa oportunidade, a extrema gentileza de Berenice Fialho Moreira em aceitar o nosso convite para compor a mesa e prestar a devida homenagem ao sociólogo.

bidonvilles dos arredores de Paris nas décadas de 1960 e 1970. Em menor escala, esta exposição poderá ser apreciada no caderno de imagens incluído neste livro. Já a mostra de filmes, organizada por Pedro Guilherme Freire e Gabriel Zagury Melo, com a colaboração do professor Sérgio Santeiro, do Departamento de Cinema da UFF, abordou as representações das favelas cariocas e a importância do vídeo etnográfico na construção de novas narrativas sobre essas localidades, buscando promover uma discussão qualificada entre realizadores e espectadores.¹⁰

Este livro representa, portanto, um balanço geral dos principais debates realizados no colóquio, cujas ideias se encontram desenvolvidas de forma mais apurada nos textos aqui reunidos.¹¹ No encarte, trazemos a edição integral do estudo "Aspectos Humanos da Favela Carioca", facilitando o seu acesso aos pesquisadores e demais interessados na história das favelas e da cidade do Rio de Janeiro. Ainda que a riqueza analítica das questões apontadas pelo estudo não tenha sido totalmente incorporada pelos administradores e políticos do Rio de Janeiro no planejamento e na condução das políticas urbanas e sociais que afetam e repercutem diariamente na vida dos habitantes das favelas e demais assentamentos de baixa renda, esperamos, com essa reedição, ao menos suprir uma lacuna histórica, dando o merecido crédito a essa inesgotável fonte de pesquisa, além de evidenciar a atualidade das ideias ali colocadas há 50 anos, ideias que continuam a inquietar a mente da maioria daqueles aos quais o relatório também foi destinado, "os estudiosos das questões sociais".

Na primeira parte deste livro, **O relatório da SAGMACS e a favela como objeto das pesquisas sociais**, estão reunidas as contribuições de nove pesquisadores de diferentes instituições do Rio de Janeiro. Em

¹⁰ Entre os filmes exibidos, destacam-se: *Mataram meu gato*, documentário baseado em etnografia de Mário Miranda sobre a Maré e dirigido por Ana Riper e Maria José Alfaro; *Justa Causa*, dirigido por Angela de Moraes e Renata Brasil; *Mangueiros, História de Pessoas e Lugares*, coprodução da ONG RedeCCAP, TV Tagarela e Laboratório Territorial de Mangueiros/Fiocruz; e *PAC Mangueiros: o futuro a Deus pertence?*, coprodução do Laboratório Territorial de Mangueiros/Fiocruz e da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, ambos dirigidos por Fabiana Melo Sousa.

¹¹ Por motivos diversos, nem todos os que participaram como expositores do colóquio puderam enviar artigos a tempo de serem incluídos nesta coletânea.

comum, os artigos têm o estudo desenvolvido pela SAGMACS ora como principal foco de análise, ora como um elemento importante na construção da favela como “objeto” – de pesquisa ou intervenção – a partir da perspectiva de diferentes campos disciplinares, como as Ciências Sociais, a História, o Serviço Social, o Urbanismo e o Direito.

O texto que inaugura esta coletânea, “Aspectos Humanos das Favelas Cariocas – 50 anos: uma avaliação”, é a reprodução na íntegra da conferência de abertura do colóquio proferida por José Arthur Rios. Com sua narrativa envolvente, Rios expõe os bastidores da realização do estudo “Aspectos Humanos da Favela Carioca” e avalia, a partir do presente, a herança por ele deixada. Revela-nos o interesse político por trás da demanda do jornal paulistano, o processo de constituição da equipe e o perfil dos pesquisadores formados àquela época, além de analisar a configuração da favela como problema, gerando uma produção sem precedentes de prospectivas nas arenas nacionais e internacionais. Ainda nos anos 1950, quando o estudo foi realizado nas favelas cariocas, a pesquisa de campo era uma “inovação”, como nos conta o professor Rios. Além disso, os métodos concebidos pelo frei Lebrecht tinham como elemento central também a elaboração de gráficos que permitissem “uma visão comparativa” dos problemas estudados para que se pudesse propor formas de intervenção e transformação da realidade social. Testemunha dos problemas causados pelo “desenvolvimento” em sua França de origem e, posteriormente, em diversos países do chamado Terceiro Mundo, Lebrecht teve sua trajetória de pesquisador¹² animada pela vontade de promover um outro tipo de desenvolvimento: o “desenvolvimento harmônico”, conceito que havia lapidado em época muito anterior ao atualíssimo debate acerca da sustentabilidade. Por isso, intervir era a resultante do seu modo de fazer pesquisas. “Seu mérito e ponto fraco”, nas palavras do professor Rios, pois as pesquisas assim conduzidas, para poderem alcançar seu objetivo, tinham de lidar com uma variável não menos importante: a vontade política dos administradores para a execução do programa proposto nos relatórios – o que nem sempre acontecia. Sobretudo por aqui, onde a demagogia política, de tão pronunciada,

12 Na França, Lebrecht integrava o quadro de pesquisadores do CNRS.

viria tornar-se capítulo importante do estudo “Aspectos Humanos da Favela Carioca”.¹³

Formado nos Estados Unidos, José Arthur Rios foi acolhido, quando de seu retorno ao país, nas escolas de Serviço Social. Era ali que encontraria, no Rio de Janeiro, profissionais treinados para a pesquisa de campo – como também nos mostram os artigos de Cezar Honorato e de Maria de Fátima Cabral Marques Gomes e Bruno Alves de França. Entre os colegas daquela geração – “muito dada à leitura”, como observa Rios –, quase todos sabiam que os casebres das favelas não eram “cancros na paisagem”, mas, como escrevera Gilberto Freyre, um tipo de habitação popular bastante comum. E não só no Brasil, como veremos no texto da antropóloga francesa Colette Pétonnet, contemporânea de José Arthur Rios. As favelas, e suas similares em todo o mundo, surgiam e cresciam junto com a precarização do trabalho e do emprego e com a expansão das grandes propriedades privadas e a mecanização nos campos, que forçou o processo migratório. Definitivamente, o desenvolvimento tinha seus custos. E, nos anos 1970, era o tema do aumento demográfico das cidades, em função das transformações aqui expostas, que iria consolidar-se nas arenas internacionais. A conferência de José Arthur Rios situa, pois, o leitor interessado nas favelas em um debate de âmbito internacional e, com isso, inaugura a série de textos reunidos neste livro propondo ao leitor uma indagação que sem dúvida o acompanhará até o fim: o que, afinal, “favela” significa hoje, sobretudo numa cidade como o Rio de Janeiro? Uma pista pode ser identificada, desde já, no próprio título da conferência de José Arthur Rios, em que o autor fala de *favelas* – no plural.

Luiz Antonio Machado da Silva, aceitando a provocação, além de interrogar-se sobre o que “favela” quer dizer e pode significar ainda hoje, procura, em seu artigo “A partir do relatório Sagsmacs: as favelas, ontem e hoje”, reconduzir o leitor à “estrutura da conjuntura” que empresta plausibilidade, confere importância e dá sentido ao estudo

13 Esse capítulo foi inclusive publicado quase que integralmente, em 1964, pelo sociólogo Carlos Alberto Medina no livro *A favela e o demagogo*, tornando-se, juntamente com o artigo de Luiz Antonio Machado da Silva “A política na favela”, de 1967, referência obrigatória nos estudos sobre essa temática.

“a favela mudou, e não apenas como ‘coisa’ – o próprio debate que a construiu como objeto se transformou. (...) este é o ensinamento mais geral que a leitura da pesquisa coordenada pelo Professor José Arthur Rios proporciona. Um ensinamento contrafactual e desafiador. Pode-se dizer que não existem mais favelas como as de ‘antigamente’, isto é, como aquelas que foram o tema do estudo da SAGMACS. Não porque as favelas desapareceram como forma urbana (esta não desapareceu, simplesmente sofreu o trabalho do tempo), mas porque seu significado socio-histórico se modificou”.

Finalmente, tal como iniciou em tom de conversa com o leitor, e depois de ter lançado seu alerta, conclui não menos elegantemente as suas observações com uma espécie de convocatória – um convite de adesão cuja não aceitação fatalmente nos impediria de continuar a jogar o jogo acadêmico: “A pesquisa clama por uma reflexão sobre as novas implicações e consequências do uso prático do termo favela, ou seja, pelo entendimento de uma descontinuidade que, sem sua leitura, poderia passar despercebida.”

Licia do Prado Valladares, no artigo “A descoberta do trabalho de campo em ‘Aspectos Humanos da Favela Carioca””, aborda o encontro que se deu, no Brasil, de duas tradições de pesquisa: a sociologia empírica americana, por ocasião dos cursos oferecidos por Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e uma sociologia francesa engajada, representada pela figura eminente do frei Lebret. Pouco conhecido dos franceses, Lebret tornou-se muito reputado nos países do chamado Terceiro Mundo, graças às viagens que passou a empreender e que o levaram a construir uma sólida e contumaz crítica ao conceito de desenvolvimento, palavra de proa tornada imprescindível no repertório político e econômico internacional, especialmente diante dos rastros de destruição deixados pela Segunda Guerra Mundial. Como lembra a autora, “Lebret era mais pragmático do que acadêmico”, e por isso empregava os métodos de pesquisa criados em *Economie et Humanisme* para a “obtenção de resultados e análises adequadas” ao planejamento regional ou mesmo nacional, tal como viria propor aos governos de países como Líbano e Senegal, mas também para Estados e regiões brasileiras. Assim, o artigo de Valladares analisa não só o

ora em questão. Com a elegância de suas anotações ao texto, entretanto, vem junto um alerta: “ler a pesquisa da SAGMACS com as referências atualmente vigentes é puro anacronismo. Minha sugestão é que isto seja evitado a todo custo”. E continua: “O trabalho conserva inalterada sua relevância, porém sob a condição de não ser retirado do contexto em que foi produzido.”

Ao longo de cada uma das cinco sessões nas quais o artigo está estruturado vão sendo trazidas à consideração do leitor atento as razões que fazem do trabalho de investigação um marco na história das pesquisas urbanas: “A importância verdadeiramente única desse estudo (...) é a feliz combinação entre extensão e profundidade, orientada segundo um foco na produção autônoma de conhecimento, sem o compromisso de gerar informações diretamente aplicáveis a alguma política pública específica. Neste sentido, ele não apenas é único, mas também pioneiro e exemplar.” Diante de tal empreendimento de pesquisa urbana o autor vai interrogar-se sobre uma questão não menos desconcertante: pois não deixa de ser “intrigante que um estudo tão fundamental, inovador e polêmico quanto o da SAGMACS tenha caído rapidamente no esquecimento por parte da academia”.

Na tentativa de elucidar essa estranha forma de olvido, o autor fará o leitor percorrer em sua companhia, ainda que de maneira pontual, alguns meandros não somente da ambiência acadêmica e intelectual dos anos 1950/1960, mas dos quadros sociais e do “clima exaltado e radicalizado” do debate político daquele então, com seus modos instrumentais de operar e conceber projetos a curto prazo. Na penúltima sessão do artigo, o autor trata da estrutura geral da reflexão, recapitulando seus próprios passos: “(...) o argumento que articulou toda a enorme massa de informação empírica parte da suposição inicial de que a favela era o território da pobreza urbana (...). Na medida em que favela e pobreza se unificavam, entrava em cena uma terceira categoria da compreensão dominante nos anos 1960, a ‘marginalidade’, situação que mais tarde reaparecerá fortemente ressignificada como exclusão.” Em sua derradeira sessão, Machado da Silva retornará mais uma vez aos termos da pesquisa SAGMACS para afirmar que a favela é uma “representação instável e polissêmica”. O autor vai mais longe ainda na sua reiteração:

contexto teórico e metodológico que orientou o estudo realizado pela SAGMACS nas favelas cariocas, como abre uma ampla perspectiva sobre a sua originalidade em nosso país, graças às circunstâncias que favoreceram o encontro de duas tradições sociológicas distintas que preconizavam a primazia da pesquisa empírica para os estudos socio-antropológicos.

Em “Os urbanistas e seu debate: reflexões sobre ‘Aspectos Humanos da Favela Carioca’”, Maria Laís Pereira da Silva destaca o capítulo do estudo da SAGMACS coordenado pelo arquiteto Hélio Modesto, inteiramente dedicado à análise urbanística do então Distrito Federal. Posicionar-se com relação às favelas, naquele período, era, na prática, quase uma obrigação para os atores políticos, uma vez que essas áreas precariamente urbanizadas representavam o “problema nacional por excelência, emblema do subdesenvolvimento, referência da ‘má’ e da ‘boa’ política, exemplo da cidade ‘do futuro’ ou da cidade ‘do atraso’”. E, nesse campo, o estudo da SAGMACS mostrava-se pioneiro ao compreender a diversificação das favelas conforme a área em que se localizavam na cidade, ao argumentar serem elas uma parte inextricável da estrutura urbana e, mais ainda, o resultado eloquente e paradoxal do processo de globalização da riqueza e do desenvolvimento da própria urbe. Maria Laís salienta ter havido, naquele momento, uma polarização que marcava a transição na concepção do planejamento urbano. Uma, herdada dos anos 1940, intentava um “urbanismo de obras”, e outra, que já se anunciava no novo contexto político-partidário, e graças aos movimentos sociais, sobretudo aqueles estimulados pela Igreja Católica, preconizava “planos compreensivos” capazes de considerar toda a estrutura já articulada entre as diversas localidades e serviços prestados na cidade, visando ainda a desenvolver efetivamente o sistema de transportes, naquele então bastante ineficaz e excludente. E seria também nesse aspecto que a pesquisa, mais uma vez, mostrar-se-ia pioneira ao enfatizar, como assinala a autora, a necessidade de se redefinir o instituto da propriedade “em nome do bem comum”.

Se “Aspectos Humanos da Favela Carioca” representou um marco também na transformação dos bairros construídos pelos seus próprios habitantes como campo empírico e objeto da sociologia e da antropologia,

Paulo Knauss e Mario Sergio Brum mostram, em “Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica”, o longo caminho percorrido para que ocorresse “o encontro da historiografia com a favela”. Acolhida como uma questão de pesquisa, mas não como objeto de estudo – tal como o foi para os pesquisadores da SAGMACS –, a favela, até os anos 1980, era “fida” pelos historiadores através dos documentos oficiais e interpretada pela ótica economicista fortemente marcada pela leitura da obra de Friedrich Engels. Da consideração da favela como espaço da luta de classes e de uma busca incessante por suas origens, até a ênfase na história específica do cotidiano das chamadas ‘comunidades’, foi preciso que houvesse, segundo os autores, um lento processo de redefinição da própria noção de história que veio culminar em uma nova interpretação do tempo histórico, partindo, agora, do presente. Com isso, valorizou-se o passado em uma “história da memória” e também através das representações que dele têm os mais diversos grupos sociais. Os autores avaliam esta mudança na orientação historiográfica como um dos fatores responsáveis pela entrada efetiva da favela no campo da disciplina histórica e, consequentemente, pela consideração de seus habitantes como “sujeitos históricos”. Esse novo rumo é o que permite aos autores afirmarem que “a favela não é um dado e por isso a favela tem história”, sendo por essa razão, hoje, objeto de estudo – e não mais uma “questão” – da História como disciplina.

O artigo de Cezar Honorato, “O Assistente Social e as favelas (1945/64)”, mostra como as favelas tornaram-se o objeto por excelência de intervenção das assistentes sociais e a sua relação com o próprio processo de institucionalização da profissão nos anos 1940. Segundo o autor, as primeiras escolas de Serviço Social de nível superior surgiram em consonância com a criação das primeiras instituições de intervenção social, na fase final do Estado Novo, momento em que se configurava justamente uma mudança de posicionamento do Estado brasileiro em relação à miséria e à pobreza: de uma atitude de repressão e controle com base na atuação policial para o reconhecimento de que era preciso conhecer os territórios ocupados pelos miseráveis para criar meios eficazes de intervenção. A influência da Igreja Católica sobre a constituição da profissão e a formação dos primeiros assistentes sociais

Social tradicional". Segundo os autores, as ideias de Lebrét teriam alcançado muitos assistentes sociais que atuavam nas favelas da cidade, especialmente aqueles que foram alunos de José Arthur Rios na PUC, promovendo uma forma de trabalho mais emancipadora e "científica" na tentativa de articular a teoria com a prática.

Na segunda parte desta coletânea, **Representações e dinâmicas da produção da moradia e do direito nas favelas cariocas**, encontram-se reunidos artigos que abordam tanto as imagens e os estereótipos comumente veiculados sobre as favelas, quanto as formas atuais do direito nas favelas e as tensões que derivam da tentativa de seu enquadramento pelo direito positivo.

O artigo de Mauro Amoroso, "Duas faces da mesma fotografia: atraso versus progresso na cobertura fotojornalística de favelas do *Jornal*", convida o leitor a visitar o Rio de Janeiro dos anos 1950 retratado pelos fotógrafos de um dos jornais mais influentes da capital no último século. Na mira de suas lentes, dois grandes eventos que modificariam definitivamente a topografia e a paisagem urbana carioca: o arrasamento do morro de Santo Antonio e o incêndio na favela da Praia do Pinto. Ao examinar os registros fotográficos publicados e não publicados pelo jornal *Correio da Manhã*, o autor descortina a construção simbólica das ideias de 'progresso' e 'atraso' no Brasil de então, construção para a qual a "imagem da favela" – tal como enquadrada pelos fotógrafos e editores do diário – veio concorrer determinadamente. Entre os anos 1950 e 1960, houve, contudo, uma mudança significativa na maneira com a qual se figuravam as duas ideias. Durante o período desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, com a vertiginosa proposta de progresso de "50 anos em 5", a cobertura fotojornalística era, segundo o autor, uma "cobertura do progresso", e as fotografias feitas na favela privilegiavam as máquinas que avançavam sobre o terreno construído, em detrimento dos moradores e de suas casas.¹⁴ Na década seguinte, em que foi implementado um conjunto de políticas públicas voltadas para a "remoção" das favelas, é a "cobertura do atraso" que ganha espaço nas

14 A própria cobertura das obras realizadas pela Cruzada São Sebastião na Praia do Pinto realçava a presteza técnica das construções dos prédios e sua arquitetura moderna, criando um imenso contraste entre os barracos e os apartamentos.

fazia-se, contudo, marcadamente presente e articulada aos interesses da ideologia estado-novista, fazendo com que as formas de Assistência Social se assemelhassem a "uma cruzada moralista, com a utilização de todo o refinamento metodológico importado das ciências sociais norte-americanas". Se no período analisado pelo autor as favelas eram vistas como *locus* de degradação física e moral e os assistentes sociais como os profissionais capazes de educar seus habitantes para que pudessem se beneficiar dos melhoramentos realizados em seu espaço de moradia, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país o trato da questão social – e das favelas, em particular – adquiriu novos contornos, assim como o papel dos assistentes sociais enquanto "cientistas sociais da intervenção".

Abordando igualmente a relação entre o assistente social e as favelas, porém em uma outra perspectiva, o artigo de Maria de Fatima Cabral Marques Gomes e Bruno Alves França, "SAGMACS, Serviço Social e favelas cariocas: referência e/ou produto de um contexto histórico?", concentra sua análise nos efeitos da pesquisa desenvolvida pela SAGMACS sobre essa relação. Os autores partem do pressuposto de que a pesquisa representou "um duplo movimento", sendo tanto resultado de um processo de transformação que se passava na sociedade no nível nacional e internacional, com fortes repercussões nas ciências sociais, quanto ponto de partida para a consolidação de novos parâmetros teóricos e modalidades de pensar a intervenção em favelas. Com relação ao primeiro movimento, descrevem que Economia e Humanismo surgiu numa conjuntura marcada pela instabilidade política da Guerra Fria e pela crise de teorias e modelos, culminando na proposição de uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo para tratar os problemas do desenvolvimento. Quanto ao segundo movimento, embora os autores reconhecem que a orientação político-ideológica da Igreja Católica tenha sido inicialmente marcante na formação e na prática do assistente social, destacam que as críticas presentes no relatório da SAGMACS à "postura paternalista" em relação aos favelados tiveram impacto direto nos assistentes sociais inseridos nas instituições criadas pela Igreja Católica, como a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, o que teria contribuído para configurar o momento de "crise do Serviço

páginas do jornal. O novo enquadramento deixa agora as máquinas de fora e passa a contemplar os moradores das favelas e seus cotidianos, retratados em uma “infância social” e tornados, assim, símbolo maior do que seria, então, um obstáculo ao “avanço do progresso”.

O artigo de Janice Elaine Perlman, “Favelas ontem e hoje (1969-2009)”, traz, por sua vez, uma importante contribuição para se pensar as mudanças, em diferentes níveis, que as favelas cariocas e suas populações vivenciaram ao longo de quatro décadas. Desdobramento da pesquisa de doutorado realizada pela autora no final dos anos 1960 – publicada aqui, em 1977, sob o título *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro* –, o artigo apresenta alguns resultados de um estudo que durou quase dez anos e tinha como objetivo compreender os fatores que restringem e promovem a mobilidade social nas favelas, além de avaliar o impacto de políticas públicas sobre a pobreza urbana no Rio de Janeiro durante esse período.

Se, apesar de alarmante, as elevadas taxas de crescimento das favelas em relação ao crescimento na cidade, durante esse período, não representam uma novidade, o artigo de Janice Perlman busca responder de onde têm vindo os novos moradores das favelas, mostrando o quanto a “ideologia da marginalidade” foi utilizada, nos discursos acadêmicos e das políticas públicas, para “culpar a vítima”, gerando, no Brasil, uma profecia autorrealizável em que a política de remoção de favelas era justificada por esta ideologia, perversamente criando a população marginalizada que se pretendia extinguir. Trinta anos depois, diz a autora ao retomar o estudo nas mesmas localidades,¹⁵ estamos testemunhando o ressurgimento do conceito de marginalidade relacionado a novos constrangimentos, estigmas e separações territoriais. Ao apresentar uma análise longitudinal até então inédita sobre como as mudanças sociais e políticas vivenciadas no país ao longo dos anos repercutiram no cotidiano dos habitantes das favelas, a autora destaca a existência de uma nova

vulnerabilidade física e psicológica, expressa na “atmosfera do medo” gerada pelo aumento da violência decorrente da entrada em massa da cocaína (e, mais recentemente, do crack) no comércio ilegal de drogas e do estabelecimento de quadrilhas de traficantes fortemente armadas nas localidades – situação que a recente política de segurança pública, analisada sob diferentes ângulos na seção seguinte, busca alterar. Por outro lado, os dados levantados pelo estudo apontam que as condições de vida, o consumo de serviços urbanos e de bens domésticos das famílias melhoraram consideravelmente, ainda que a distância entre elas e o resto da sociedade também tenha aumentado, fazendo com que continuem a se perceber como “pobres”. Dessa maneira, conclui que a imagem de uma democracia participativa florescente que se traduzia em uma distribuição igualitária dos recursos ainda está para ser concretizada.

Em “Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas”, o arquiteto Gerônimo Leitão chama a atenção para a persistência de um imaginário homogeneizante que ainda vigora sobre as favelas. Por conta dele, a ideia de “favelização” caracterizaria uma dificuldade na leitura das distintas dinâmicas socioespaciais que têm assegurado à cidade formas urbanísticas e configurações socioeconômicas diferenciadas também segundo as áreas nas quais esses núcleos se estabelecem – tal como registrado há cinquenta anos pelo estudo da SAGMACS. A presença de pequenas glebas cultivadas e a criação de determinados animais são elementos que distinguem muitas favelas situadas em áreas suburbanas daquelas que se encontram, por exemplo, na topografia acidentada da Zona Sul carioca. Do mesmo modo, as oportunidades de trabalho no entorno das favelas favorecem uma maior diferenciação econômica e ocupacional entre os seus moradores e aquece o mercado imobiliário interno. Após uma breve revisão de trabalhos acadêmicos e relatórios técnicos que apresentaram a diversidade das favelas a partir dos anos 1970, Gerônimo Leitão analisa de perto a Rocinha dos dias de hoje. No espaço público, exhibe-se um comércio efervescente onde se contam mais de trinta lojas de materiais de construção – estabelecimentos, em sua maioria, abertos todos os dias da semana – e a exigência de pagamentos à vista em quase 100% do comércio local. Quanto ao mercado imobiliário, as casas para venda ou locação são uma realidade que ultrapassa, em muito, a

¹⁵ A favela de Nova Brasília (na Zona Norte da cidade, hoje pertencente ao chamado Complexo do Alemão), a favela de Catacumba (na Zona Sul da cidade e que, sendo erradicada em 1970, teve seus moradores transferidos para os conjuntos habitacionais de Quitungo, Guaporé e Cidade de Deus) e mais três favelas e cinco loteamentos de Duque de Caxias (na região conhecida como Baixada Fluminense).

preponderância quase que exclusiva das autoconstruções para usufruto das próprias famílias. A diversidade do uso e da ocupação do solo e a mobilidade residencial de uma classe média de bairros já consolidados para favelas mais plenamente urbanizadas, como no caso da Rocinha, mas igualmente do Vidigal, também estão sob o escrutínio do autor, o que lhe permite constatar, enfim, que as favelas de hoje não podem mais ser percebidas como um “trampolim para a cidade”, pois são, de fato, locais de moradia permanente.

A análise crítica da legislação que então vigia como sendo uma legislação elitista é tratada no artigo seguinte, do jurista e historiador Rafael Soares Gonçalves. No artigo intitulado “Da política da ‘contenção’ à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas”, o autor mostra que muitos dos avanços conceituais e políticos, hoje expressamente manifestados pela “função social da propriedade” da Constituição de 1988, tiveram origem nas proposições feitas pela pesquisa da SAGMACS, com efeitos evidentes em nossa democracia urbana e social. Contudo, o autor considera que a “visão patrimonialista” do direito brasileiro desponha como um obstáculo ainda considerável, talvez o maior a ser vencido, para a consolidação efetiva dos direitos dos moradores das favelas nos dias de hoje. Isto porque os conflitos fundiários e imobiliários que marcam a construção jurídica da favela, ao longo de todo o século XX, continuam a pesar, obscurecendo e inviabilizando a compreensão dos inúmeros esforços feitos pelos moradores — através, sobretudo, de suas Associações — na formalização da propriedade em favelas. O relatório SAGMACS já mostrava a viabilidade de uma política que levasse em conta todos os investimentos até então feitos pelos próprios moradores na construção de suas casas, dos acessos e vias existentes nas favelas. Proposta que demoraria algumas décadas para ser assumida em forma de um programa do município, tendo como princípio a integração das favelas à cidade em vez de sua erradicação.

Ao analisar os múltiplos “sistemas de formalização da propriedade imobiliária” nas favelas, de modo a observar como eles vêm engendrando processos de regulação jurídica dessas áreas, Alex Ferreira Magalhães abre uma perspectiva ainda pouco explorada, na qual as questões fundiárias deixariam de representar o grande entrave para o reconhecimento

das favelas enquanto ‘bairros’. No artigo “A configuração da propriedade imobiliária em favelas e seus processos de formalização: análise a partir de um estudo de caso”, o autor registrou os procedimentos para aquisição e transferência de bens imóveis na favela Parque Royal, na Ilha do Governador, através da produção de documentos e celebração de contratos que se caracterizam como *instrumentos de formalização* imobiliária criados localmente e à revelia de um Estado ao qual toda aquela área pertence. Também ali há um remarcável dinamismo no mercado imobiliário, onde estimam-se que 25% das unidades construídas sejam destinadas à locação. Nesse mercado, que parece não se abalar com as frequentes crises econômicas que afetam o mercado formal, a Associação de Moradores desempenha função cartorária indispensável na medida em que observa o princípio legal da *continuidade registral*, perfeitamente de acordo com a legislação federal de Registros Públicos, que assegura o reconhecimento da propriedade imobiliária e das transações por ela possibilitadas. Além disso, os documentos formulados pela Associação de Moradores da favela Parque Royal, apresentados pelo autor, distinguem a propriedade das edificações da propriedade do solo através do uso da categoria “benfeitoria”, inspirada do direito estatal, revelando que todos os registros imobiliários da localidade, arquivados pela Associação, estão perfeitamente de acordo com o Decreto-Lei nº 271, de 1967, e com o Estatuto da Cidade, de 2001, em que figura o “direito de superfície”, que assegura a “transferência no direito de construir”. Se as estratégias e os investimentos locais na formalização dos imóveis já vêm sendo reconhecidos pelo Estado, no âmbito local eles têm gerado formas de conflito derivadas do que o Direito Civil qualifica como *servidão*, ou seja, imposições que obrigam o titular de um imóvel a não cercar as vantagens que beneficiam ocupantes de outros imóveis, tais como a manutenção de passagens existentes, a aceitação de atividades sociais mantidas no local etc. Os documentos examinados nesse artigo tratam, em última análise, da “regulação da vida social das favelas” e convida o leitor a refletir sobre o etnocêntrico “processo de desjuridificação da experiência jurídica das favelas”, que consiste, como também nos lembra Rafael Soares Gonçalves, em um “obstáculo ao fortalecimento do Estado democrático e da cidadania” no Brasil.

Partilhando da mesma perspectiva de análise que leva em conta a legalidade vigente nas favelas, Cláudia Franco Corrêa, no artigo “Direito de laje: a invisibilidade do direito fundamental de morar nas favelas cariocas”, investiga as “inúmeras possibilidades de apreensão e exercício das titularidades” na favela de Rio das Pedras, dando especial atenção ao chamado “direito de laje”. A partir do que viu durante sua pesquisa de campo, a autora faz uma análise crítica da ausência de políticas que franqueiem efetivamente o acesso à posse e à propriedade pelos menos favorecidos. Propõe, assim, uma bela digressão sobre os próprios fundamentos e propósitos de nossa República ao observar o quanto a legislação e as políticas públicas urbanas vieram, historicamente, ampliando a margem das ilegalidades e das desigualdades ao condenarem certas práticas em determinados contextos. Se o direito positivo não reconhece a realidade à qual se destina, criando obstáculos em vez de estimular as soluções criadas localmente para os problemas que ameaçam a integridade física e moral dos cidadãos, é porque ele reconhece e privilegia, por conseguinte, “a racionalização e satisfação de objetivos político-sociais, e não a instituição de uma validade”. No caso estudado pela autora, trata-se da validade de um direito que tem organizado a urbanização em áreas de favela e muitos dos conflitos presentes na vida social local. O “direito de laje” remete ainda para um fenômeno contemporâneo que tem dado novo rosto às favelas cariocas e ao debate público: a verticalização de suas construções, novidade pouco tolerada pelo poder público. As justificativas utilizadas para as demolições de prédios em Rio das Pedras revelam as ambivalências e contradições da lei e da ação pública, pois que se aplicam, e com rigor, somente a certos contextos, como mostra a autora.

A terceira parte do livro reúne textos que convidam o leitor a refletir sobre **Antigos e novos desafios para as favelas cariocas**. No primeiro artigo, “A favela na cidade-*commodity*: desconstrução de uma questão social”, Luiz César de Queiroz Ribeiro e Marianna Olinger observam os repertórios de argumentos que motivaram os debates públicos em torno das favelas do Rio de Janeiro, as conjunturas e a trajetória das políticas públicas voltadas ora para a erradicação, ora para a urbanização dessas localidades, mostrando como, na atualidade, a razão mercantil vem

abarcando a discussão anteriormente estruturada no campo político. Para os autores, a favela historicamente representou “um dos principais símbolos de ameaça à coesão social no contexto urbano brasileiro”. Mas hoje, no entanto, embora a possibilidade de ‘remoções’ não esteja totalmente descartada, o incremento do sistema construído das favelas passa a ser garantido por instrumentos jurídicos e, principalmente, pelo reconhecimento de um importante mercado consumidor existente nas favelas. A integração, segundo a análise que propõem, “ganha força por meio do mercado, inaugurando uma fase em que favela passa a ser objeto de grandes investimentos”. E eis aqui o aspecto que marca a entrada não só da favela, mas da cidade como um todo no debate contemporâneo: o deslocamento da ideia de cidade como máquina do crescimento — paradigma político vigorante desde o pós-guerra — para a ideia de cidade como máquina do divertimento — o que constitui o atual paradigma neoliberal do planejamento contemporâneo. A constatação é a de que interesses políticos e interesses econômicos, mais do que nunca, coadunam-se para gerir cidades e, para incrementar o mercado, exigem a construção de novas representações para espaços que até então pouco ou quase nada recebiam dos investimentos públicos.

As complexas relações entre o planejamento urbano e o modo como os habitantes produzem *lugares* na cidade estendem suas raízes em várias direções. A relação entre gestão urbana e moradia, por exemplo, abordada mais detidamente por Maria Julieta Nunes em “A habitação popular na revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro”, refere-se à prerrogativa do solo urbano como mercadoria, o que condiciona, de maneira singular, o acesso a terra e à moradia, além de definir o acirramento no campo de disputas da gestão urbana. O trâmite da revisão do Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro, embasado em documento chamado *Substitutivo 3*, anunciou o caráter secundário da moradia, ao contrário do que aconteceu em 1992, quando foi instituído o PDD, burlando e frustrando todos os acordos e as expectativas até ali estimuladas. Maria Julieta Nunes analisa os instrumentos propostos para a revisão desse documento que teriam como finalidade viabilizar a ampliação do programa habitacional carioca. Este programa contaria com investimentos provenientes de empresas imobiliárias e com um

“uma preocupação permanente com o controle social e político de sua população”. Em sua reflexão, observa que o esforço mais recente no campo das definições tem sido o de identificar e associar as favelas a uma suposta “cultura da violência”, que se prestaria, enfim, como justificativa às novas políticas de intervenção, sobretudo marcadas pela repressão policial local ao tráfico de drogas – através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) – e pelos investimentos inéditos para a integração dessas áreas a um novo mercado imobiliário, já agitado pelo anúncio dos grandes eventos que serão realizados por aqui: a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. O “mito da cultura da violência”, nas palavras do autor, é expressão mesmo de um novo projeto. Afinal, “quanto mais parecida a favela fica com o restante da cidade, maior a necessidade de construir a distância social entre elas”. “A implosão da favela”, ou seja, a implosão do referente que simbolizou ao longo do século a luta pelo direito à cidade, afigura-se, para Burgos, como o grande desafio da população no processo de “ampliação da participação popular”, ou seja, de democratização e de luta constante contra a hegemonia burguesa no desenvolvimento da urbe.

Jorge Da Silva parte na mesma direção ao apresentar, logo nas primeiras linhas de seu artigo, “Favelas e violência: sem conflitos, entre o sonho e o pesadelo da apartação”, uma proposta que há muito sustenta: a de que o poder público deixe de lado o objeto-favela para ocupar-se dos sujeitos-moradores. Atento ao fato de o Rio de Janeiro ter sido o centro de uma sociedade escravagista, Jorge Da Silva mantém sob a luz ações e concepções que atualizam, a todo instante, os conflitos de uma sociedade organizada segundo princípios claramente díspares e por vezes incompatíveis com o ideal republicano. Ao entender que no Brasil, em certas circunstâncias, a democracia pode não passar de mera formalidade, o autor ressalta a permanência das relações de complementaridade que se sobrepõem às relações de igualdade, e que foram, no passado, abordadas como um “antagonismo em equilíbrio”, de acordo com a interpretação de Gilberto Freyre. O que ele nos mostra é que o antagonismo, hoje, mais do que nunca, não tem equilíbrio. E que boa parte da violência registrada em boletins de ocorrência, câmeras de TV e em histórias cotidianamente contadas e ouvidas entre amigos, é a maior manifestação de

Conselho gestor composto por representantes da sociedade civil. Nos meandros da aprovação dos documentos relativos ao planejamento urbano carioca, muito foi feito para contornar a participação popular no processo decisório com vistas à inclusão de centenas de emendas não discutidas com a população. Além disso, como mostra a autora, o texto do *Substitutivo 3* sugere uma nítida oposição entre “ambiente natural” e “ambiente construído” no espaço urbano carioca, e através desse expediente induz à percepção de que os assentamentos de baixa renda – e somente estes, de acordo com o documento – apareçam como ‘ocupações’ ou ‘invasões’ do ambiente natural, e não a urbe como um todo. O texto examinado propõe ainda o ‘macrozoneamento’ como norteador do planejamento urbano, desprezando os termos que orientam a população carioca em seu ambiente construído – ‘Zona Sul’, ‘Zona Oeste’, ‘favela’, ‘subúrbio’, ‘Centro’ etc. O que a argumentação de Maria Julieta Nunes desvenda é que o documento de revisão do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro contém um sofisticado vocabulário técnico utilizado para reforçar antigas ideias estereotipadas sobre as favelas, justificar a retomada das chamadas ‘remoções’ e promover uma nova segregação socioespacial.

“Representar a favela passou a ser um exercício obrigatório para os moradores da cidade”, afirma Marcelo Baumann Burgos, em seu artigo “Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade”. O texto traça os sucessivos esforços dos intérpretes “autorizados” – jornalistas, políticos, economistas etc. – em definir e distinguir a favela dos demais espaços da cidade, ao longo do último século. A própria menção do autor à autoridade histórica desses tradutores do espaço urbano no labor das definições já indica a rica polissemia do termo e, por conseguinte, as tensões que configuram esses assentamentos como um campo político dos mais disputados, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal e exportadora mundial da imagem hoje praticamente *labelizada* da favela. Proximidade física, por conta da geografia carioca, e distância social, estabelecida na relação de subalternidade entre o “asfalto” e o “morro” – a casa-grande e a senzala, o sobrado e o mocambo? –, fizeram com que, no Rio, diferentemente de outras grandes cidades, como São Paulo, o tema favela se tornasse uma obsessão ou, mais precisamente,

urgente que concerne ao modo como será conduzida a regularização comercial e fundiária nas favelas. Junto ao Observatório de Favelas, organização social que ajudou a fundar em 2001, Jailson finalmente discute o conceito de *morada* e como esse tipo de espaço, apropriado de maneiras às vezes radicalmente diferentes nos diversos setores da cidade, vem sendo incorporado à lógica do mercado. “Um risco grave é se naturalizar que a única forma possível e adequada de regularização da propriedade nas favelas seja nos termos do direito de propriedade individual.” E vai além: “É possível pensar as favelas da Zona Sul e da Grande Tijuca como ambientes culturais específicos?”.

De uma perspectiva etnográfica, Neiva Vieira da Cunha e Marco Antonio da Silva Mello, no artigo “A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta: notas de campo”, também abordam a atual política de “pacificação” das favelas, porém, a partir de uma pesquisa empírica realizada numa favela da Zona Sul da cidade. Acompanhando a implantação e as ações da UPP na localidade, os autores privilegiam em sua análise a dimensão dos conflitos gerados pela regularização urbanística e pela substituição gradativa de práticas “informais” de acesso aos serviços, chamando a atenção para as implicações dessas ações sobre os processos de formalização e reconhecimento de “um endereço na cidade”. Num primeiro momento, discutem o significado desse novo modelo de política de segurança pública, cujo próprio nome traz em seu bojo a metáfora de “guerra ao crime”, e apresentam as ações da chamada “UPP Social”, que vão muito além do policiamento comunitário. Em seguida, analisam os primeiros efeitos dessas ações no contexto específico da favela Santa Marta — a primeira a receber uma UPP, no final de 2008 —, transformando-a em “modelo e laboratório de implantação dos ‘projetos sociais’ que acompanhavam a política de segurança pública”. Ao descreverem as primeiras iniciativas de um intenso processo de “reordenação” da favela, os autores ressaltam os desafios para se inserir as edificações no sistema legal que regula as propriedades urbanas na cidade e a complexidade que caracteriza a formalização e o reconhecimento do endereço dos moradores. Tanto a regularização do fornecimento de energia elétrica quanto as ações de regulamentação e fiscalização das obras na favela têm provocado, por exemplo, conflitos entre os moradores e o poder público, na medida em

um “apartheid informal”. O sonho de apartação, nas palavras do autor, revela o medo mais inconfesso da elite habitante da Zona Sul carioca, o “medo dos ‘diferentes’, que são a maioria”. Diante desse quadro, cujas imagens aproximam o Rio de Janeiro de Johannesburgo e Cidade do Cabo, Jorge Da Silva deixa ao leitor a tarefa de decifrar um enigma: de que modo entendemos o conflito e quais conflitos estão há muito presentes, porém abafados, entre outras coisas, pelas ditas “relações de complementaridade”, as mesmas tratadas no estudo da SAGMACS no capítulo que evidenciou as práticas e os discursos demagógicos dos agentes públicos nas favelas?

No debate acerca da cidade e da igualdade, devemos considerar ainda outros fatores que não só os processos demagógicos e o abuso de poder e uso da força violenta. Em “As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas”, Jailson de Souza e Silva propõe uma análise da “representação hegemônica sobre os moradores das favelas” e sua influência determinante na formulação de políticas públicas, sobretudo no campo da segurança pública. Como no artigo precedente, Jailson parte do pressuposto de que há hierarquias sociais fortemente consolidadas na sociedade brasileira e que são estas, precisamente, que pautam as representações hegemônicas e as relações entre os grupos sociais no Brasil. Preocupado em mostrar que essa construção e sua difusão não se devem a valores recentes, mas a antigas relações de dominação, o autor examina também as categorias “mais discriminatórias do que descritivas” empregadas em institutos de pesquisas como o IPEA e o IBGE, a fim de retratar estatisticamente uma face da sociedade brasileira compreendida como “miserável” e habitante de “aglomerações subnormais”. Não há o “reconhecimento de qualquer qualidade na vida cotidiana da favela”, como assinala, e seus habitantes são vistos como “seres funcionais” que garantem o constante desenvolvimento da cidade e sociedade burguesas. Contudo, há algo de novo no horizonte atual e a novidade provém justamente do campo da segurança pública. Se as UPPs trazem benefícios evidentes e imediatos, sobretudo para os moradores das favelas, garantindo-lhes o direito mais fundamental de ir e vir sem o risco da violência autoritária dos criminosos (traficantes armados e milicianos), elas também abrem o caminho para uma reflexão

que o processo de regularização exige uma série de obrigações (econômicas, políticas, morais) e a necessidade de se instaurar “uma nova visão de mundo à qual correspondam as novas práticas sociais”. Além disso, embora as favelas venham constantemente sendo representadas como uma espécie de “avesso do urbano”, as práticas informais ou ilegais que prosperaram nesses espaços foram, durante muito tempo, a forma de romper a distância e o isolamento social aos quais seus moradores foram sendo destinados, assim como de ter acesso aos serviços básicos. O alerta feito por Jaillon no artigo anterior de que a tentativa de reduzir a informalidade nas favelas poderia gerar processos de “gentrificação” nesses espaços, inviabilizando a moradia de muitos de seus atuais habitantes, parece, portanto, ser confirmada na favela de Santa Marta. Segundo os autores, é inegável que a atual política de segurança pública implementada pelas UPPs tem recebido uma avaliação positiva, mas as desigualdades com relação ao direito à cidade tendem a se manter, tendo em vista a já constatada sensível elevação do custo de vida na favela estudada, após a ocupação policial. Assim, a despeito da extensão do direito à cidade aos moradores das favelas, “o afastamento das populações pobres das áreas mais nobres da cidade permanece como uma espécie de fantasia que paira permanentemente sobre suas cabeças”.

Por fim, este volume brinda o leitor com a conferência de encerramento do colóquio proferida por Colette Pétonnet, antropóloga que em 1968 publicou, na França, o livro *Ces gens-là* (“Essa gente”), que se tornaria um marco inicial dos estudos etnográficos em meio urbano naquele país. O título desse seu trabalho seminal pode ser entendido hoje, mais de quarenta anos depois, como uma síntese do modo como parte da população citadina foi tratada ao longo do processo que instituiu a *bidonville* – equivalente francesa das favelas brasileiras – como um dos principais referentes dos problemas da cidade. Este texto final, integralmente escrito em primeira pessoa, consiste em uma retrospectiva que a autora faz para mostrar como se configurou o objeto do seu interesse na pesquisa antropológica. Trata-se, portanto, do relato de uma pesquisadora sensível e perspicaz observadora que compreendeu a lógica que visa a manter determinado *status quo* no qual uns ocupam lugares subalternos ou de maior vulnerabilidade face ao sistema constituído.

Ao narrar sua formação em etnologia, Colette Pétonnet também nos conta do papel determinante de Roger Bastide e de André Leroi-Gouhan na reorientação do seu campo empírico de pesquisas, das distantes e exóticas ilhas da melanésia para as periferias de sua Paris natal. Afinal era ali que estava se produzindo, nos anos 1960, uma notável política de construção de um homem essencialmente citadino, retirados das *bidonvilles* para os apartamentos das *cités de transit*, conjuntos residenciais construídos por iniciativa de Abbé Pierre, ao final dos anos 1950. Essa grandiosa política, que no Brasil encontrou semelhanças com a Cruzada São Sebastião de Dom Hélder Câmara, exigia não só a formação definitiva dos moradores das *bidonvilles* em cidadãos mas, sobretudo, esperava deles a aquisição de certa urbanidade. Os sujeitos mais afetados pelo processo de “absorção” das *bidonvilles* eram, em sua maioria, estrangeiros provenientes do Magrebe e da Península Ibérica – “*ces gens-là*”, assim reunidos de maneira indistinta na classificação partilhada entre compatriotas franceses, agentes públicos ou não. A questão que por muito tempo orientou a autora em suas pesquisas nas periferias de Paris era o porquê da criação de inúmeros vocábulos – de ‘marginais’ a ‘associados’ – para tratar uma “população sem nome”, constituída, em grande parte, de ‘proletários’. Na prática, eram esses termos instituídos de um grupo e instauradores de uma realidade na qual aqueles sujeitos foram frequentemente fragilizados, pois que destituídos, pelo Estado, de muitos de seus mais fundamentais estatutos. Essa lógica de inevitável produção das margens pelo próprio Estado, apresentada por Colette Pétonnet em seu relato pessoal como pesquisadora no campo de uma então impensável Antropologia Urbana na França, configurou do mesmo modo a *favela* no sentido que predominou – e predomina – no cenário político ao longo de toda a sua história: ou seja, como um “bode expiatório” para os “problemas da cidade”.

Referências bibliográficas

FREIRE, Leticia de Luna; GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira (2011). Uma Cruzada do século XX: iniciativas católicas no campo das políticas habitacionais na França e no Brasil. *Antropolítica*, n° 29, p.201-223.

- LAMPARELLI, Celso Monteiro (1995). Ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX. Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbana-regional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo*, n. 5, março-abril.
- LEBRET, Louis-Joseph e DESROCHES, Henri Charles. (1944). La Méthode d'Économie et Humanisme. *Économie et Humanisme*, troisième année, numéro 12, mars-avril, p.121-134.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (1967). A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, IX, nº 41, maio/junho, p. 35-47.
- MEDINA, Carlos Alberto de (1964). *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins.
- SAGMACS (1960). Aspectos Humanos da Favela Carioca. Suplementos especiais do jornal *O Estado de S. Paulo*, 13 e 15 de abril.
- SIMÕES, Soraya Silveira (2010). *Histoire et ethnographie d'une cité de Rio: la Cruzada São Sebastião*. Paris: Karthala.

Parte 1

O RELATÓRIO DA SAGMACS E A FAVELA COMO OBJETO DAS PESQUISAS SOCIAIS

“Na pesquisa das favelas seria fácil e, ao mesmo tempo, equívoco, principiar por um levantamento à base da amostragem estatística. Fácil porque levaria a dados de pronta manipulação matemática; equívoco porque nada conhecemos sobre a vida interna das favelas e se tornaria extremamente difícil estabelecer, a priori, as camadas, os estratos para essa amostra.

Ao contrário, parece-nos que pesquisas como a que se vai ler facilitarão, de futuro, o trabalho dos estatísticos, alertando-os sobre as dificuldades da amostragem num meio extremamente heterogêneo, e tornando-os mais prudentes quanto às generalizações a base dos dados existentes.”

(SAGMACS. “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, 1960: 3)